

DESIGUALDADES SOCIAIS: ASPECTOS DE SURGIMENTO DE VIOLÊNCIA E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

SOCIAL INEQUALITIES: ASPECTS OF INCREASE IN VIOLENCE AND VIOLATIONS OF HUMAN RIGHTS

SILVA, Bruno Luiz¹

²SILVA, Sullyvan Garcia

RESUMO

O presente artigo levantou relações entre o surgimento da violência e a desigualdade social, dando ênfase na disparidade de acesso à educação e oportunidades de trabalho principalmente entre as faixas etárias mais jovens, além do que, identificou as ações necessárias para reduzir os índices de violência. A presente pesquisa foi realizada através de dados qualitativos e quantitativos, para elaboração, a base empírica é estruturada em pesquisas de autores clássicos e contemporâneos, além de obras, e artigos publicados em renomados periódicos acadêmicos e sites de revistas científicas.

Constatou-se que os índices de violência mais alarmantes estão concentrados entre os jovens, sejam eles como vítimas ou como autores, bem como, constatou-se que o precário acesso à educação e oportunidades de colocação no mercado de trabalho são os maiores desvirtuados dos jovens, levando esses a entrar no mundo da criminalidade. A pesquisa é importante pois através dos levantamentos pode-se entender a importância da necessidade de promover a equidade no acesso à educação e ao trabalho, além disso o Estado deve investir na qualidade da educação e buscar promover meios para atrair os jovens de volta as escolas, bem como desenvolver programas de inclusão social nas periferias das cidades.

Palavras-chave: Violência. Desigualdade social. Educação. Trabalho. Inclusão Social.

ABSTRACT

The present article raised the relationship between the emergence of violence and social inequality, emphasizing the disparity in access to education and job opportunities, especially among the younger age groups, in addition to identifying the actions necessary to reduce violence rates. The present research was carried out through qualitative and quantitative data, to elaborate, the empirical basis is structured in researches of classical and contemporary authors, as well as works, and articles published in renowned academic journals and scientific journal sites.

It was found that the most alarming rates of violence are concentrated among young people, whether as victims or as perpetrators, as well as, it has been found that precarious access to education and job placement opportunities are the biggest misrepresentation of young people, leading them to enter the world of crime. Research is important because the surveys can understand the importance of the need to promote equity in access to education and work, and the State should invest in the quality of education and seek to promote means to attract young people back to schools, as well as to develop programs of social inclusion in the outskirts of cities.

Key words: Violence. Social inequality. Education. Work. Social Inclusion.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças, Turma A Rio Verde, do 8º Comando Regional da Polícia Militar de Goiás – 8º CRPM, brunolsat11@hotmail.com;

² Professor Orientador: Professor da Academia da Polícia Militar de Goiás, Mestre em Educação, Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, sull.garcia@hotmail.com, Goiânia-GO, Maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vem presenciando o crescimento exponencial dos índices de violência nos últimos anos, dentre os principais fatores que propiciam esse crescimento acentuado, podemos destacar as desigualdades sociais, geradas no contexto histórico na sociedade brasileira, e pelo atual modelo econômico mundial.

Os índices de homicídios no Brasil estão entre os mais altos do mundo, superando países que vivem em seu cotidiano guerras civis. Em 2015 houve 59.080 homicídios no território nacional de acordo com o Ministério da Saúde.

Não obstante, a nossa tragédia diária nos últimos anos atingiu contornos inimagináveis: apenas em três semanas são assassinadas no Brasil mais pessoas do que o total de mortos em todos os ataques terroristas no mundo nos cinco primeiros meses de 2017, que envolveram 498 atentados, resultando em 3.314 vítimas fatais. (CERQUEIRA, 2017, p.4).

Diante dos dados apresentados, faz-se necessário entender o quanto é complexa a relação das desigualdade com a garantia e promoção dos Direitos Humanos, e suas implicações sobre os diversos fatores sociais. Pode-se afirmar que não existe Direitos Humanos sem igualdade de condições e direitos, essa implicação é fator determinante na qualidade de vida humana.

Sobre a questão da violência Enid Rocha apud Tonry (2006), mostra que, em diversos países do Ocidente, o crime ordinário é produto de desvantagens pessoais ou falha e desorganização social.

Nesse contexto, a sociedade tem uma percepção distorcida em relação a segurança pública, onde parte da mesma atribui os altos índices de violência à atuação policial, ou simplesmente à falta dela. No entanto, o Estado ao negar, ou ao negligenciar os investimentos em educação, saúde, infraestrutura, mecanismos de distribuição de renda, mecanismos para garantir e promover os Direitos Humanos é o principal causador do surgimento da violência em todas as suas formas. É preciso conscientizar a sociedade quanto a atuação das instituições policiais, no que concerne às suas atribuições, esse fato é de suma importância para que o cidadão passe a entender e a visualizar as instituições policiais com outros olhos, para que o cidadão possa visualizar a verdadeira face da polícia, como sendo uma instituição garantidora e promotora dos direitos inerentes às pessoas humanas.

Como problema de pesquisa busca-se visualizar qual a representação social das desigualdades sociais acerca dos índices de violência na sociedade moderna.

O presente artigo busca relacionar a desigualdade social como fator de surgimento da violência em suas diversas formas, bem como identificar os custos sociais gerados pela

violência, além do que, identificar as ações necessárias para reduzir os índices de violência, e principalmente identificar o papel do Estados e dos cidadãos nesse contexto. O artigo está dividido em duas partes, onde a primeira aborda o conceito de desigualdade social, e seu desenvolvimento histórico na sociedade brasileira. Parte essa que é de suma importância para que possamos compreender o enraizamento, e a estrutura das desigualdades sociais no Brasil. A segunda parte nos faz entender as desigualdades sociais como fator de surgimento de violência, aborda os fatores que contribuem para a incidência de violência, bem como, o papel do Estado e da sociedade na mitigação dos direitos e garantias individuais. Além disso busca-se identificar ações que possam reduzir os índices de violência, e identificar os fatores que geradores de violência na sociedade, principalmente nas periferias das cidades, além disso, apontar as consequências que a violência ocasiona na sociedade, e identificar os enormes custos sociais que a violência gera para a sociedade.

A presente pesquisa foi realizada através de dados qualitativos e quantitativos, para elaboração deste artigo foi utilizado obras bibliográficas de importantes autores do meio científico que abordaram ou abordam o tema acima exposto, a base empírica é estruturada em pesquisas de autores clássicos e contemporâneos, além de obras, e artigos publicados em renomados periódicos acadêmicos e sites de revistas científicas, é importante destacar que as informações quantitativas acerca do tema são bastantes escassas e fragmentadas, o que evidencia o pouco interesse por parte dos pesquisadores e cientistas acerca da Segurança Pública, tornando esse tema pouco explorado. As discussões foram elaboradas com base em informações e dados publicados por importantes autores considerados referências no tema abordado. As informações quantitativas foram obtidas do Atlas da Violência 2017, e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Tais informações tem por objetivo identificar as principais características sociais, tais como, idade, sexo, grau de escolaridade, etnia, e outros aspectos importantes para compreensão e interpretação dos referidos dados das vítimas e autores de crimes violentos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

As desigualdades sociais já ocupam lugar cativo na sociedade moderna, porém, as desigualdades estão impregnadas na sociedade há séculos, em especial na sociedade brasileira remontando do período colonial, onde a ocupação portuguesa seguiu moldes extremamente cruéis.

A nobreza e a coroa portuguesa foram os únicos que beneficiaram-se desse processo de segregação devido à grande acumulação de capital.

Nesse período, a economia era baseada no extrativismo dos recursos naturais, destacando-se a exploração de ouro e pau-brasil. Daí, depreende-se o primeiro processo de desigualdade e segregação da sociedade brasileira, onde inúmeros povos indígenas foram brutalmente assassinados e forçados ao trabalho escravo.

Muitos desses povos indígenas foram extintos devido à grande matança realizada pelos portugueses para conquista de terras e, com isso, a imposição de uma nova cultura ao seu meio de vida, ensejando-se aos índios proibição sobre suas propriedades, os quais, dependiam de suas terras, da caça, e da pesca para sua sobrevivência.

Seguindo o processo histórico, outro fato importante gerador de desigualdade, foi a implantação dos grandes latifúndios de terras nas companhias hereditárias, onde, para manutenção da cultura de cana-de-açúcar, necessitava-se de mão de obra barata e abundante. Foi nesse período que se acentuou a escravidão em solo brasileiro, a qual, baseava-se no comércio de pessoas, onde inúmeros escravos de origem africana foram contrabandeados para trabalhar nas grandes propriedades sem nenhuma condição de trabalho, sem remuneração, e sem perspectivas de vida, conforme descrito por (GARCIA, 2003, p. 9).

O destino não estava traçado e o caminho não era único, ainda que o passado tenha o seu peso no presente. O Brasil foi fundado sobre o signo da desigualdade, da injustiça, da exclusão: capitanias hereditárias, sesmarias, latifúndio, Lei de Terras de 1850 (proibia o acesso à terra por aqueles que não detinham grandes quantias de dinheiro), escravidão, genocídio de índios, importação subsidiada de trabalhadores europeus miseráveis, autoritarismo e ideologia antipopular e racista das elites nacionais. Nenhuma preocupação com a democracia social, econômica e política. Toda resistência ao reconhecimento de direitos individuais e coletivos. (GARCIA, 2003, p. 9).

A partir desse momento, as relações de consumo e de capital se agravam ainda mais, com a problemática da desigualdade, onde com o advento do mercado capitalista as relações sociais se tornam mais complexas. Assim, a economia é voltada apenas para o crescimento e acumulação de capital, deixando-se de lado o desenvolvimento social, a qualidade de vida, e o bem estar social.

Nota-se, nesse aspecto, a partir do início da revolução industrial, que a mão de obra mecânica passa a substituir a mão de obra em si (mão de obra braçal) criando uma enorme taxa de desemprego, marginalização e desordem social nos grandes centros. Esse fato podia ser visualizado com facilidade na cidade de São Paulo na década de 1930.

A ordem social emergente da modernidade é capitalista tanto em seu sistema econômico como em suas outras instituições. O caráter móvel, inquieto da modernidade é explicado como um resultado do ciclo investimento-

lucroinvestimento que, combinado com a tendência geral da taxa de lucro a declinar, ocasiona uma disposição constante para o sistema expandir (sic) (GIDDENS, 1991, p.20).

Nesse período, acentuado o crescimento das mazelas sociais em que, as pessoas acabaram marginalizadas em vista da expansão do capitalismo, e com pouco, ou nenhum, investimento por parte do governo em itens básicos à sobrevivência com dignidade, como, emprego, distribuição de renda, acesso à educação, saúde, segurança, habitação, entre outros.

Salienta-se que esse quadro de abandono, por parte do Governo, perdura até os dias atuais. Ante o exposto, faz-se necessário compreender o conceito de desigualdade social.

Do ponto de vista de Karl Marx, o fato causador da desigualdade social são as divisões em classes, formando um ciclo, pois as classes dominantes, que possuíam o capital e os meios de produção, exerciam seu poder sobre as classes dominadas através da miséria gerada pelas desigualdades sociais, pois os dominados dispunham apenas de sua força de trabalho, não dispondo assim de meios para mitigar a miséria gerada pelas classes dominantes.

Corroborando com esse processo de dominação, definido por Karl Marx, mencionado alhures, e Jean Jacques Rousseau, em sua obra “Discursos Sobre a Origem das Desigualdades”, que define desigualdade social como sendo:

Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade, uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, e que consiste nas diferenças das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais rico, mais honrados, mais poderosos do que outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles. (ROUSSEAU, 1754, p. 38).

Pode-se visualizar o caráter extremamente dominante sobre as classes mais abastadas, os quais são menos favorecidos, devido a estrutura econômica que não favorece o acesso a itens básicos para o desenvolvimento pessoal, seja no plano, educacional, estrutural, econômico, e familiar. Além disso, ao Governo não interessa investimentos em políticas de igualdade e inclusão social, pois nesse contexto é mais fácil de controlar uma população menos favorecida devido ao baixo grau de instrução e baixo conhecimento dos seus direitos. Nesse sentido as ideais de Marx e Rousseau vão ao encontro, no tocante à questão da dominação, para o fortalecimento e expansão do capitalismo.

Dentre os principais problemas causados pela exclusão social, podemos citar o desemprego, e como consequência o surgimento das diversas modalidades de violência, e

violação aos direitos humanos. O fenômeno da violência está diretamente ligado à desigualdade em todos os níveis.

De acordo com Adorno (2002), há de se reconhecer a forte relação entre a má qualidade de vida dos bairros periféricos, com a concentração de capital, e consequentemente com a explosão dos índices de violência fatal. Para o autor há uma correlação entre esses fatores citados, os quais podem ser evidenciados nos Mapas da Violência realizados nas últimas décadas, onde constatou-se que os mais altos índices de violência estão nos bairros com precariedade em termos de infraestrutura, saúde, educação, e oportunidades de emprego.

Vale notar que, nos últimos trinta anos, estudos demonstram o crescimento da renda beneficiando em termos absolutos todos os grupos sociais. Tais estudos sugerem que houve inequívoca melhoria do bem-estar. No entanto, reconhecem que os ganhos foram alocados de modo tão desproporcional que teve por efeito acentuar pesadamente as desigualdades sociais. (ADORNO, 2002, p. 118).

A persistência das desigualdades sociais agrava e torna a preservação e o respeito, bem como a promoção dos Direitos Humanos um enorme desafio a ser enfrentado pelo Estado e pela sociedade contemporânea.

Sobre a questão da violência Enid Rocha apud (Tonry 2006), mostra que, em diversos países do Ocidente, o crime ordinário é produto de desvantagens pessoais ou falha e desorganização social.

Ainda de acordo com Enid Rocha, o acesso à educação e ao trabalho são as principais ferramentas de inclusão na sociedade, principalmente para os indivíduos das faixas etárias mais jovens, vale salientar que os jovens são os mais afetados pela violência, seja como autor ou como vítima. A falta de oportunidades educacionais e de colocação no mercado de trabalho tornam os jovens desprotegidos e expostos ao crime e a violência.

Todos esses fatores elencados pelos diversos autores citados possibilitam o surgimento do fenômeno violência, esse que tem ocasionado enormes transtornos à sociedade, visto que, o Estado não está preparado, nem muito menos tem estrutura para combater esse fenômeno.

Entende-se violência como sendo, Valter Fernandes apud Ayush Amar, “o comportamento destrutivo dirigido contra membros da mesma espécie (ser humano), em situações e circunstâncias nas quais outras alternativas para o comportamento adaptativo podem ocorrer”. A partir desse contexto pode-se definir violência como sendo o uso intencional da força contra membro da mesma espécie com o intuito de causar algum tipo de dano, seja ele físico, material, ou psicológico. Usando esse contexto infere-se que o surgimento de qualquer forma de violência está diretamente ligado a fatores

“biopsicossociais”, ou seja, o ser humano traz consigo a herança da violência dos seus antepassados, os quais tinham a necessidade de serem violentos para sobreviver, aliado a esse fator, temos, os aspectos psicológicos e sociais, os quais são importantes para a formação do comportamento humano. Somados todos esses fatores aliados a um aspecto iniciador (desigualdade social) temos o surgimento do fenômeno violência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Depreende-se dos artigos revisados uma série de fatores que ocasionam o surgimento de violações aos direitos humanos e consequentemente o surgimento da violência, dentre elas, o objeto principal desse artigo, o qual visa pontuar as relações entre desigualdade social e violência.

Nas últimas décadas acentuou-se as situações de conflitos sociais, com isso a sociedade vem presenciando o crescimento exponencial dos índices de violência em suas diversas modalidades, destacando-se o crescimento das taxas de homicídio, furto, roubo, violência doméstica, em especial dentre as classes mais baixas e entre as faixas etárias onde se encontram as pessoas mais jovens. Dar-se-á destaque para os índices de homicídio na sociedade brasileira e no Estado de Goiás.

Gráfico 1 – HOMICÍDIOS NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS.



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e Sim/Dasis/SVS/MS. O número de homicídios foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea.

Conforme pode ser visualizado no gráfico acima os índices de homicídios no Brasil no período de 2011 a 2015 tem variado entre 40.000 e 60.000 mortes. Já no Estado de Goiás os números tem se mantido constantes entre 2.000 mortes, aproximando-se nos últimos anos de 3.000 mortes. Salienta-se que o número de mortes violentas no Brasil supera o de países em guerra. Dentre esses números alarmantes pode-se visualizar as características das vítimas de mortes, onde em sua grande maioria as vítimas são: pobres, negros, jovens, moradores de periferias, sem nenhum ou pouco acesso às condições sociais favoráveis, como acesso à educação, saúde, moradia, emprego, infraestrutura, saneamento básico, entre outros.

Tabela 1 - Proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária - Brasil, 2015

Faixa etária	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69
Masculino	17,5%	53,8%	49,9%	40,8%	31,5%	21,6%	13,5%	7,5%	4,4%	2,3%	1,4%	0,8%
Feminino	6,1%	14,9%	13,0%	10,6%	8,0%	5,1%	3,0%	1,7%	0,8%	0,4%	0,3%	0,2%
Total	13,2%	46,8%	43,7%	34,6%	25,4%	16,6%	10,0%	5,5%	3,1%	1,6%	0,9%	0,6%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. *Considerando as agressões e intervenções legais. Não se levou em conta os óbitos com cujo sexo da vítima.

Como pode ser visualizado a grande maioria das vítimas de óbito são do sexo masculino, e jovens com idade entre 19 e 34 anos.

Esse fator evidencia a falta de engajamento do Estado no que diz respeito a investimentos em Educação e inclusão social, visto que, como grande parcela das vítimas de homicídios no Brasil são jovens, faz-se necessário criar e promover políticas de inclusão social desses jovens, baseado em maiores investimentos em educação e capacitação para o mercado de trabalho. De acordo com a teoria do indivíduo biopsicossocial, onde o ser humano é considerado fruto do meio no qual está inserido, a partir desse modelo infere-se que os jovens que vivem nas periferias tem maior probabilidade de entrar para a criminalidade ou ser vítima de alguma forma de violência, pois o meio no qual estão inseridos é insalubre para a formação da personalidade e do caráter desses jovens. Onde os mesmos, convivem diariamente com diversas mazelas sociais, e presenciam a todo momento a criminalidade e a violência, e acabam assimilando elas como algo normal (*habitus*), principalmente devido a presença do crime organizado baseado no tráfico de drogas. As organizações criminosas

aliciam os jovens com promessa de ascensão social e financeira, pois os ganhos principalmente no tráfico de drogas são enormes. Aliado a isso, soma-se a negligência do Estado, pois o mesmo não consegue promover a educação, esporte e lazer, e capacitação dos jovens para o mercado de trabalho.

Estima-se que entre os anos de 2014 e 2015, aproximadamente 12,7% dos alunos do ensino médio evadiram da escola, de acordo com dados do senso escolar de 2015. Deve-se investir cada vez mais nessa classe para que não se perca tanto capital humano, tantas vidas promissoras, com potencial para um dia fazer a diferença em sua própria comunidade.

Tabela 2 – Taxa de evasão escolar em % de 2012 a 2015.

ANO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO
2012	20,5	26,9	14
2013	18,9	23,4	14,3
2014	17,8	20,7	14,1
2015	13,7	16,4	11
2016	14	17,4	10,5
2017	12,6	15,3	9,7

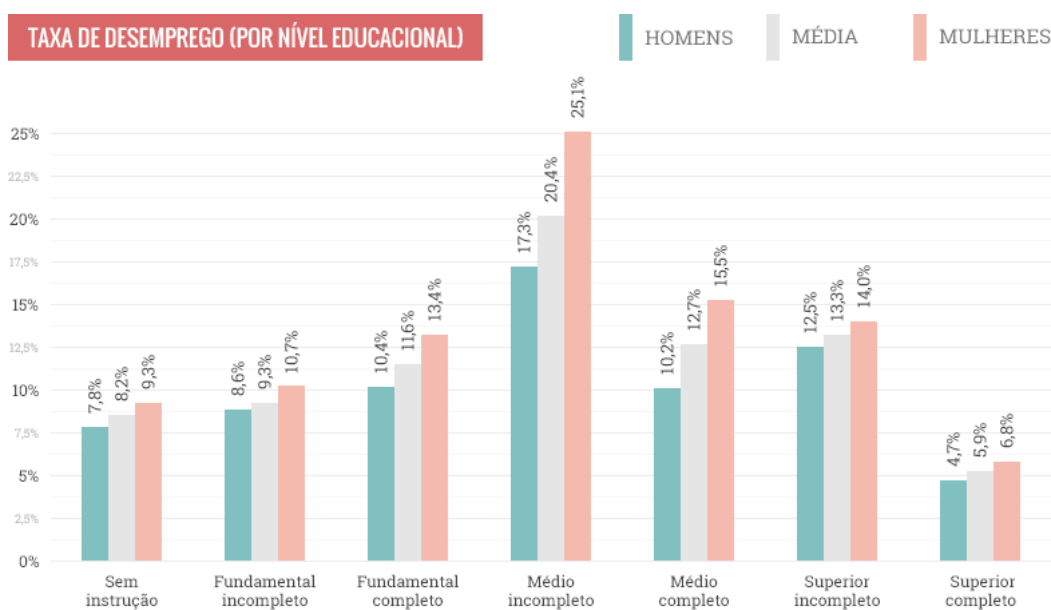
FONTE: PORDATA 2018

De acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) estima-se que 30% dos jovens brasileiros estão desempregados, comparando com a situação mundial onde a média de jovens desempregados gira em torno de 13%, visualizamos o abismo que existe na sociedade brasileira, onde temos jovens desempregados, ociosos, que na maioria das vezes ajudam no sustento familiar, jovens esses, sem nenhuma perspectiva de melhoria na qualidade de vida, e por fim acabam recorrendo ao mundo do crime. Gerando assim um ciclo vicioso, onde esses jovens acabam por se tornarem reféns do crime, e consequentemente vítimas.

Tabela 3 – Taxa de desemprego por faixa etária.

taxa de desemprego por faixa etária		
faixa etária	1º trimestre de 2016	1º trimestre de 2017
18-24 anos	24,1%	28,8%
25-39 anos	9,9%	12,8%
40-59 anos	5,9%	7,9%
60 anos ou +	3,3%	4,6%
geral	10,9%	13,7%
fonte: IBGE elaboração: Poder360/Drive		

Gráfico 2 – Índices de desemprego por grau de escolaridade.



Fonte: IBGE

Ressalta-se que, nos últimos anos houve um significativo crescimento da renda do brasileiro, no entanto, isso não significou distribuição, mas sim acumulação de capital por uma pequena parcela da população, o que acaba por acentuar significativamente a desigualdade social. A persistência das desigualdades sociais tornam um enorme desafio não somente para Estado, mas também para os órgãos de segurança pública, pois o trabalho destes é diretamente afetado por essas desigualdades. O Estado deve preocupar-se em articular entre os diversos órgãos envolvidos, principalmente entre aqueles que estão na linha de frente e lidam com a violência no dia a dia, são eles as Escolas e a Polícia Militar. Entre esses órgãos deve haver uma maior proximidade, não só entre eles, mas também com a sociedade, trabalhando e discutindo formas de reduzir os índices de jovens que trabalham para o crime organizado. Sendo que para isso é essencial o investimento em educação, de preferência em tempo integral para que os jovens não fiquem nas ruas, proporcionando diversas maneiras de equidade no acesso e na capacitação para o mercado de trabalho, bem como incentivar empresas a contratar jovens dos centros periféricos. Somente com a redução das desigualdades sociais conseguiremos reduzir os índices de violência, e consequentemente promover os direitos humanos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo visa contribuir com medidas que possam auxiliar o Estado na redução dos índices de criminalidade. Nesse sentido constatou-se que as principais causas do surgimento da violência está relacionada com as desigualdades sociais, principalmente no que

tange a dificuldade de acesso à educação de qualidade e maiores oportunidades para o público jovem, pois esses são os principais atores dos crimes. Esse fato deve-se principalmente a fragilidade e a vulnerabilidade que esses jovens se encontram, principalmente aqueles que residem nas periferias, onde são cada vez mais recrutados para o mundo do crime pelas organizações criminosas que estão cada vez mais organizadas devido a ascensão do tráfico de drogas. O recrutamento desses jovens influenciam principalmente nos índices de crimes no que tange aos crimes contra o patrimônio.

Desse modo constata-se a negligência por parte do Estado em relação aos grupos vulneráveis, principalmente em relação as faixas etárias mais jovens, onde a ausência de políticas de inclusão desses jovens. Políticas de inclusão são necessárias para retirar os jovens da mira da criminalidade.

Sugere-se a implantação de escolas de tempo integral para que possa-se além de dar uma educação de qualidade e acompanhamento educacional e social, além do que, se promova a capacitação dos jovens ao mercado de trabalho. Deve-se fazer parcerias com as empresas para que possa ampliar as vagas de emprego destinadas aos jovens, visto que as exigências que as empresas fazem hoje para admissão são enormes, essas barreiras devem ser eliminadas através de políticas que estimulem as empresas e a sociedade a investir nesses jovens, em troca o Estado deve recompensar as empresas com isenções fiscais.

Esses programas devem desenvolver nos jovens o sentimento de esperança em relação a inclusão social e maiores oportunidades para que se possa ascender socialmente por meios lícitos.

O fenômeno desigualdade social e consequentemente a violência bastantes discutidos na contemporaneidade excluem a possibilidade de exercer a cidadania, fato esse que atinge grande parcela dos jovens das periferias. A implementação de políticas que visem a inclusão dos grupos vulneráveis é essencial para a garantia dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Exclusão Socioeconômica e Violência Urbana, 2002.

CERQUEIRA, Daniel. Atlas da Violência 2017. IPEA. Rio de Janeiro, Junho de 2017.

FERNANDES, Valter; FERNANDES, Newton. Criminologia Integrada, 2000.

GARCIA, R. C. Iniquidade Social no Brasil: Uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento. IPEA (texto para discussão). Brasília, agosto de 2003.

GIDDENS, A. As consequências da Modernidade. 1991

ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a origem da Desigualdade, 1754.

SILVA, Enid Rocha Andrade, OS JOVENS ADOLESCENTES NO BRASIL: A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA, A VIOLÊNCIA E O SISTEMA DE JUSTIÇA JUVENIL

TONRY, M. H. Thinking about crime: sense and sensibility in American penal culture. Oxford: Oxford University Press, 2006.